



183

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0008612-88.2014.8.17.0000 (347215-7)
IMPETRANTE : THEHUNNAS MARIANO DE PEIXOTO SANTOS
PACIENTE : JOSÉ ANASTÁCIO ALVES
RELATOR : DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO
CONVOCADO
COMARCA : SERRA TALHADA – VARA CRIMINAL
ORGÃO : 4º CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : ADRIANA FONTES

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO CULPOSO MAJORADO. FALTA DE ATENDIMENTO MÉDICO À VÍTIMA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR ATIPICIDADE DA CONDUTA DESCRITA NA DENÚNCIA. DESCABIMENTO. CONDUTA QUE SE AMOLDA, EM TESE, AO TIPO PENAL ENUNCIADO NO ART. 121, §§3º E 4º DO CP. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME APROFUNDADO DAS PROVAS DOS AUTOS NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0008612-88.2014.8.17.0000 (347215-7)**, no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem** nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 23/09/2014.

Des. ODILON DE OLIVEIRA NETO
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0008612-88.2014.8.17.0000 (347215-7)
IMPETRANTE : THEHUNNAS MARIANO DE PEIXOTO SANTOS
PACIENTE : JOSÉ ANASTÁCIO ALVES
RELATOR : DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO
CONVOCADO
COMARCA : SERRA TALHADA – VARA CRIMINAL
ORGÃO : 4º CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : ADRIANA FONTES

RELATÓRIO:

O advogado THEHUNNAS MARIANO DE PEIXOTO SANTOS impetrou o presente Habeas Corpus em favor do médico **JOSÉ ANASTÁCIO ALVES**, qualificado às fls. 02 dos autos, visando o **trancamento da ação penal** de nº 198-17.2004.8.17.1370, a que responde o paciente na Vara Criminal de Serra Talhada, pela prática do delito de homicídio culposo majorado (art. 121, §§ 3º e 4º do CP).

A tese defensiva é a da falta de justa causa para prosseguimento da ação penal por atipicidade da conduta descrita na denúncia.

Argumenta a defesa inexistir prova do nexo de causalidade entre a conduta do paciente e o resultado morte.

A inicial veio acompanhada dos documentos às fls. 12/85.

A autoridade indicada coatora prestou informações às fls. 99, relatando o trâmite processual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

As informações vieram instruídas dos documentos às fls. 100/104.

A Procuradora de Justiça Adriana Fontes, por meio do parecer de fls. 108/109, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 23.09.2014

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator Convocado





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0008612-88.2014.8.17.0000 (347215-7)
IMPETRANTE : THEHUNNAS MARIANO DE PEIXOTO SANTOS
PACIENTE : JOSÉ ANASTÁCIO ALVES
RELATOR : DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO
CONVOCADO
COMARCA : SERRA TALHADA – VARA CRIMINAL
ORGÃO : 4º CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : ADRIANA FONTES

VOTO:

Como visto, o presente habeas corpus visa o **trancamento da ação penal nº 198-17.2004.8.17.1370**, a que responde o paciente na Comarca de Serra Talhada, por crime de homicídio culposo majorado (art. 121, §§ 3º e 4º do CP).

Segundo a peça acusatória, no dia 03/01/2003, por volta das 17h, o paciente deixou de prestar atendimento médico à vítima Lourenço Rodrigues da Silva, que apresentava um quadro de grave insuficiência cardíaca e, por conta da omissão médica do paciente, a vítima veio a falecer.

De acordo com a peça acusatória, o paciente chegou a examinar a vítima, constatou a gravidade do seu quadro clínico e, mesmo assim, decidiu retornar para Recife, sem que houvesse cardiologista de plantão ou de sobreaviso no estabelecimento hospitalar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Sustenta a defesa a falta de justa causa para prosseguimento da ação penal por atipicidade da conduta descrita na denúncia.

Segundo a defesa, no caso em tela não está suficientemente comprovado que a morte da vítima tenha sido ocasionada por força da suposta negligência do paciente. E, inexistindo prova do nexo de causalidade entre a conduta do agente e o resultado morte, não há que se falar em fato típico.

Pois bem.

O trancamento da ação penal só é possível quando, *prima facie*, sem efetuar-se exame aprofundado das provas, fica evidenciada a atipicidade do fato, a total ausência de indícios de autoria e materialidade ou, ainda, ser hipótese de extinção da punibilidade.

No caso presente, a materialidade é incontroversa e não restou verificada a extinção da punibilidade do agente.

Não há que se falar na atipicidade da conduta descrita na peça acusatória porquanto a mesma, numa análise sumária, amolda-se ao tipo penal previsto no art. 121, §§ 3º e 4º, que assim dispõem:

§ 3º Se o homicídio é culposo: (Vide Lei nº 4.611, de 1965)

Pena - detenção, de um a três anos.

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Além disso, nessa fase processual, não se exige prova da autoria, mas tão somente, indícios, os quais estão presentes no presente caso.

Na verdade, o presente writ está sendo manejado no intuito de discutir o mérito da ação penal, o que, como se sabe, não é cabível na via estreita do habeas corpus.

A valoração do conjunto probatório e a apuração aprofundada da responsabilidade do agente serão feitas ao término da instrução criminal.

Sendo assim, não vislumbro motivação hábil a autorizar o trancamento almejado pela defesa.

Isso posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 23/09/2014

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator Convocado